



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 071/2016

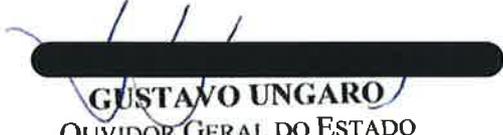
1. Tratam os presentes autos de pedidos de informação formulados à Secretaria Estadual da Segurança Pública, números SIC em epígrafe, para acesso a documentos e esclarecimentos em matéria, procedimentos e normatização relacionados à atuação da Polícia Militar do Estado de São Paulo.
2. A Pasta respondeu não ser a fonte primária de tais informações, orientando a recorrente a interpor novos pedidos de acesso, dirigidos à Polícia Militar do Estado – PM, assim indeferindo os recursos de sua alçada. Daí os recursos cabíveis a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. As situações em apreço, de fato, dizem respeito às atividades e procedimentos da PM, que pode deter os dados solicitados e possui seu próprio Serviço de Informação ao Cidadão, ao qual poderiam ter sido dirigidos os requerimentos.
4. Cumpre salientar, no entanto, que a Lei Federal 12.527/2011, em seu artigo 11, §1º, inciso III, dispõe que o órgão demandado, quando não possuir a informação, poderá remeter o pedido ao responsável. Com vistas a melhor assegurar o direito fundamental de acesso à informação, esse deve ser o caminho escolhido, sempre que possível. É nesse sentido, aliás, que a Resolução 7/2016, da Secretaria da Segurança Pública, prescreve em seu artigo 8º, §5º: os pedidos direcionados ao Gabinete do Secretário, sobre informações de responsabilidade da Polícia Militar, da Polícia Civil ou da Superintendência da Polícia Técnico Científica, devem ser encaminhados ao respectivo órgão, comunicando-se o requerente.
5. À luz dessas normas, a Pasta foi instada a se manifestar sobre a possibilidade de diligenciar junto à PM para a busca das respostas capazes de satisfazer as demandas interpostas, e, na sequência, demonstrou que sua orientação já havia sido seguida, existindo novos pedidos de acesso já formulados à citada corporação, ensejando o encerramento dos presentes Protocolos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Assim, tendo em vista a interposição de novos pedidos de acesso, de teor idêntico, os quais se encontram sob análise do órgão competente, **julgo prejudicados os recursos**, com fundamento no artigo 11 da Lei, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados.

OGE, 28 de março de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO